



Observatório de Política Exterior do Brasil

**– Informe de Política Externa Brasileira –
Nº 250
26/03/10 a 01/04/10**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Mestres em Relações Internacionais (Programa San Tiago Dantas – UNICAMP/UNESP/PUC-SP): André Cavaller Guzzi, Flávio Augusto Lira Nascimento;

Mestrandos em História (UNESP, Franca): Tiago Pedro Vales (bolsista FAPESP); Adriana Suzart de Pádua;

Graduandos em Relações Internacionais: Analice Pinto Braga, Beatriz Flório Pereira, Bruna Hunger Ribeiro (bolsista CNPq), Camila Cristina Ribeiro Luis, Celeste de Arantes Lazzerini (Bolsista PAE-Santander), Felipe Garcia Moreira, Fernanda Nascimento Marcondes Machado, Rafael Augusto Ribeiro de Almeida (bolsista CNPq), Raphael Camargo Lima, Sarah Machado.



Observatório de Política Exterior do Brasil

Brasil participou de reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU

Nos dias 25 e 26 de março, o Brasil participou da reunião do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra. No dia 25, a embaixadora Maria Nazareth Azevedo votou a favor da renovação do mandato do relator especial para Direitos Humanos na Coreia do Norte. Azevedo justificou seu voto afirmando que apesar de ter depositado confiança em ações mais engajadas e cooperativas do governo norte-coreano, teve suas expectativas frustradas com base em posições divergentes e pouco abertas à negociação por parte deste governo. Neste mesmo dia, o Brasil se absteve em votação para aprovar uma resolução referente à difamação de religião. O texto aprovado foi alvo de severas críticas por parte de países ocidentais e ativistas dos direitos humanos. No dia 26, uma proposta apresentada pelo Brasil e por países africanos para erradicar o racismo no esporte foi aprovada. O texto cobra dos governos medidas práticas, como organizar e financiar campanhas pelo fim da xenofobia e da intolerância relacionada a questões raciais (Folha de S. Paulo – Mundo – 26/03/2010; Folha de S. Paulo – Esporte – 27/03/2010; O Estado de S. Paulo – Internacional – 26/03/2010).

Brasil defendeu diálogo com o Irã

No dia 25 de março, em discurso de abertura pelo dia da comunidade árabe, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, defendeu o diálogo com o Irã e afirmou temer a repetição do ocorrido com o Iraque em 2003. Lula defendeu o multilateralismo como mecanismo de resolução das questões no Oriente Médio e cobrou posicionamento mais atuante da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seus Estados-membros. O presidente brasileiro afirmou ser a favor do programa nuclear iraniano para fins pacíficos, advogando ser esse um direito do Irã. As declarações de Lula reforçam o posicionamento do Itamaraty, contrário à proliferação nuclear e a favor de uma negociação de troca do estoque de urânio do Irã por combustível nuclear. Para a diplomacia brasileira, esta troca potencializa uma relação de confiança para um compromisso definitivo, tornando-se uma opção ante as sanções (Folha de S. Paulo – Mundo – 01/04/2010; O Estado de S. Paulo – Internacional – 26/03/2010; O Estado de S. Paulo – Internacional – 01/04/2010).

Brasil e Argentina buscaram acordo para limitar fluxo de produtos chineses

Nos dias 25 e 26 de março, os governos de Brasil e Argentina defenderam uma melhor cooperação comercial com o intuito de limitar o fluxo de produtos chineses em seus mercados. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ambos os países buscam uma agenda mais



Observatório de Política Exterior do Brasil

ofensiva em relação à China no referente ao desvio comercial (O Estado de S. Paulo – Internacional – 26/03/2010).

CPLP defendeu uso oficial do português em Organismos Internacionais

No dia 26 de março, o Brasil e os demais representantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunidos em Brasília, comprometeram-se com a promoção do português como língua de uso oficial nos organismos internacionais. Durante a primeira Conferência sobre o Futuro do Português, o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, defendeu o Acordo Ortográfico, que até o momento somente foi adotado oficialmente por São Tomé e Príncipe, Portugal, Cabo Verde e Brasil (Correio Braziliense – Brasil – 27/03/2010; O Estado de S. Paulo – Vida& – 27/03/2010).

Brasil declarou que os EUA inviabilizam a conclusão da Rodada Doha

No dia 26 de março, em Genebra, os países que integram a Organização Mundial do Comércio (OMC) concluíram uma semana de reuniões com a constatação da impossibilidade de conclusão da Rodada Doha para a liberação do comércio mundial, em 2010. O embaixador brasileiro na OMC, Roberto Azevedo, declarou que isto ocorre devido à incapacidade dos Estados Unidos tomarem decisões políticas que viabilizem a negociação (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 27/03/2010; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 27/03/2010).

Demissão no FMI desencadeou incidente diplomático entre Brasil e Colômbia

A decisão do representante brasileiro no Fundo Monetário Internacional (FMI), Paulo Nogueira Batista Jr., diretor executivo do órgão, de demitir uma representante colombiana provocou um incidente diplomático com a Colômbia, que exigiu explicações do Brasil. Batista Jr. lidera um grupo de nove países, que inclui a Colômbia, representada pela diretora substituta no FMI, María Inés Agudelo. O presidente colombiano, Álvaro Uribe, apresentou uma queixa formal ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No entanto, o dirigente brasileiro declarou que não se envolverá diretamente no problema, atribuindo a questão ao Ministério da Fazenda. O governo colombiano afirmou que estaria disposto a retirar o país do grupo do Brasil, pondo em risco a capacidade do representante brasileiro ter 2% dos votos necessários para uma cadeira no diretório executivo da entidade (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 27/03/2010).



Observatório de Política Exterior do Brasil

Brasil reiterou sua resistência em assinar o protocolo adicional do TNP

No dia 28 de março, o ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, declarou que o programa nuclear brasileiro não se tornará vulnerável em função da resistência do país em assinar o protocolo adicional do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). Segundo o ministro, assinar o protocolo adicional, que permitiria inspeções mais detalhadas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) nas plantas nucleares do Brasil, seria extremamente grave, do ponto de vista da soberania nacional (O Estado de S. Paulo – Nacional – 28/03/2010).

FAB auxiliou a Colômbia em operação de resgate

Nos dias 28 e 29 de março, dois soldados colombianos reféns das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) foram resgatados em helicópteros da Força Área Brasileira (FAB) na selva amazônica. A operação contou com a presença da senadora da Colômbia, Piedad Córdoba, de representantes do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e da Igreja Católica. No dia 1º de abril, os membros desta operação resgataram os restos mortais de outro soldado colombiano. As FARC comunicaram que esta será a última troca unilateral de reféns (Correio Braziliense – Mundo – 29/03/2010; Correio Braziliense – Mundo – 30/03/2010; Correio Braziliense – Mundo – 01/04/2010; Folha de S. Paulo – Mundo – 29/03/2010; O Estado de S. Paulo – Internacional – 29/03/2010; O Estado de S. Paulo – Internacional – 30/03/2010).

Brasil repudiou o atentado terrorista na Rússia

No dia 29 de março, o Itamaraty emitiu uma nota em que reiterou o repúdio a todas as formas de terrorismo e manifestou condolências ao governo russo e aos familiares das vítimas do atentado em Moscou (Correio Braziliense – Mundo – 30/03/2010).

Brasil discutiu com EUA criação de base de inteligência no RJ

No dia 30 de março, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, reuniram-se com o chefe militar do Comando Sul dos Estados Unidos (EUA), tenente-brigadeiro Douglas Frase, em Brasília. No encontro, foi discutida a proposta norte-americana de criação de uma base de inteligência "multinacional e multifuncional" que teria sede no Rio de Janeiro (RJ). A base formaria, com duas já existentes, na Flórida (EUA) e em Lisboa (Portugal), o tripé de monitoramento, controle e combate ao narcotráfico e ao contrabando, principalmente de armas, além de vigilância



Observatório de Política Exterior do Brasil

antiterrorista. As operações da base do RJ teriam comando exclusivamente nacional, como ocorre com as duas bases de monitoramento já existentes (O Estado de S. Paulo – Internacional – 31/03/2010; O Estado de S. Paulo – Nacional – 31/03/2010; O Estado de S. Paulo – Nacional – 01/04/2010; Folha De S. Paulo – Cotidiano –01/04/2010).

Brasil prometeu ajuda financeira à reconstrução do Haiti

Em 31 de março, foi realizada a Conferência de Doadores por um Futuro para o Haiti, em Nova York, Estados Unidos . No encontro, co-presidido pelo Brasil, iniciou-se o levantamento de recursos financeiros para a reconstrução efetiva do país caribenho e foi anunciado que caberá ao Banco Mundial (BIRD) administrar tais recursos. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, declarou que o Brasil doará US\$ 172 milhões para o Haiti. Os EUA e a União Europeia (UE) foram os participantes que prometeram os maiores aportes financeiros. O chanceler brasileiro afirmou que a situação dos haitianos é um desafio para que a comunidade internacional demonstre união em torno de uma causa nobre e contribua para sustentar um desenvolvimento a longo prazo que garanta justiça social, estabilidade política e respeito aos direitos humanos (Folha de S. Paulo – Mundo – 01/04/2010; O Estado de S. Paulo – Internacional – 01/04/2010).